

# 'EU VI A PALAVRA FRONTEIRA' - AS MÚLTIPLAS BORDAS EM *NIKETCHE: UMA HISTÓRIA DE POLIGAMIA*

## 'I SAW THE WORD BORDER' - THE MULTIPLE EDGES IN *NIKETCHE: A STORY OF POLYGAMY*

*Taiana Machado*<sup>1</sup>

---

### RESUMO

O presente artigo faz uma análise da obra *Niketche: uma história de poligamia*, da autora moçambicana Paulina Chiziane, partindo do conceito de comunidade imaginada de Benedict Anderson (1991) e das identidades culturais na pós-modernidade, conforme proposto por Stuart Hall (1992). Inspirada pelos autores Sandro Mezzadra e Brett Neilson (2017), a análise propõe a compreensão das fronteiras como método de enfrentamento das categorias coloniais. Assim, o artigo analisa as tensões entre binômios expostos no romance, partindo da oposição entre homem-mulher, e entendendo que a própria fricção entre fronteiras é, por si só, uma reinvenção das mesmas e uma atitude de reconstrução no combate às violências e silenciamentos das identidades.

PALAVRAS CHAVES: Comunidade imaginadas. Fronteira. Nacionalismo. Moçambique.

## ABSTRACT

This paper analyzes the novel *Niketche: a history of polygamy*, by the Mozambican writer Paulina Chiziane, based on Benedict Anderson's concept of imagined community (1991), and on cultural identities in post-modernity, as proposed by Stuart Hall (1992). Inspired by the authors Sandro Mezzadra, and Brett Neilson (2017), the analysis proposes the understanding of borders as a method of confronting colonial categories. Thus, the paper analyzes the tensions between binomials exposed in the novel, starting from the opposition between man and woman, and understanding that the very friction between borders is, in itself, a reinvention of them, and an attitude of reconstruction in the fight against violence and silencing of identities.

KEYWORDS: Imagined communities. Border. Nationalism. Mozambique.

## PRIMITIVA FORMA

*Eu vi a palavra na sua primitiva forma (...)  
e não a reconheci.  
Ana Paula Tavares*

Em 28 de junho de 2022 pelo menos 46 pessoas foram encontradas mortas dentro de um caminhão no estado do Texas. As equipes de emergência chegaram ao local por volta das 18h após um funcionário da cidade ouvir gritos de socorro. A cidade de San Antonio fica a 250 km da fronteira entre os EUA e o México e é uma das mais relevantes rotas do tráfico de pessoas na região. Os traficantes usam os caminhões para transportar migrantes sem documentos que imaginam uma vida com melhores condições materiais ao cruzar a fronteira.

Dias antes, em 24 de junho, um grupo de cerca de 2.000 migrantes tentou entrar no enclave espanhol pela cidade de Melilla a partir do Marrocos. O confronto com a polícia resultou em 23 mortes e o presidente da União Africana, em tempo, expressou “profundo choque e preocupação com o tratamento violento e degradante dos migrantes africanos que procuram cruzar a fronteira internacional entre Marrocos e Espanha”<sup>2</sup>. Ceuta e Melilla são as únicas fronteiras terrestres que unem os continentes europeu e africano e as tentativas de atravessamento são frequentes.

Embora haja a particularidade de cada contexto, não apenas a proximidade das datas une os dois eventos. Assistimos no levante do milênio à agudização dos conflitos em torno das fronteiras, o que torna os ocorridos em Melilla e San Antonio quase banais nos noticiários. A fronteira é um agente ativo e útil na construção da sociedade moderna. “As grandes rotas de migração se diversificam e dispositivos cada vez mais sofisticados para contornar as fronteiras são colocados em prática” (MBEMBE, 2020, p. 30). As ondas migratórias provenientes do Sul deslocam multidões e particu-

larmente a Europa e os Estados Unidos experienciam essa tendência como pontos de fixação de tais movimentos. Fronteiras físicas, afetivas, culturais, linguísticas, imaginadas, construídas. Fronteiras que selecionam aqueles que podem ou não transitar. Fronteiras que delimitam espaços de pertencimento e de não-pertencimento.

Ao pensarmos nas fronteiras geográficas de um país, esbarramos no conceito de Estado-Nação e na sua relevância para a expansão colonial. Ao olharmos para o mapa geográfico moderno do continente africano e seus traços retos e precisos, esbarramos nas fronteiras históricas que remontam à Partilha da África e à Conferência de Berlim. Ao afinar nossa atenção para Moçambique, deparamo-nos com um país de língua oficial portuguesa rodeado por países anglófonos. Se esforçarmos ainda mais a nossa atenção, percebemos em Moçambique muitas fronteiras - linguísticas, culturais, étnicas, sociais, de gênero — que transparecem nas narrativas de seus artistas e escritores, como é o caso da autora moçambicana Paulina Chiziane.

Nascida em Manjacaze, província de Gaza, a autora, que em 2021 recebeu o Prêmio Camões de Língua Portuguesa, traz em sua biografia eventos e histórias sobre muitas fronteiras. O presente artigo apresenta uma leitura da obra *Niketche: uma história de Poligamia*, romance protagonizado por Rami, mulher do sul de Moçambique, que traduz as contradições e conflitos das fronteiras visíveis e invisíveis do país, em particular quando narradas e atravessadas pelas questões de gênero que envolvem a pertença da mulher moçambicana na construção do discurso nacional.

Vale ressaltar que no ano de 2022, o mesmo ano dos trágicos eventos em Melilla e San Antonio, o livro de Paulina Chiziane se tornou parte da literatura obrigatória de alguns vestibulares de grande relevância no Brasil. Talvez possamos olhar para essa aproximação entre o campo da educação e das literaturas africanas de língua portuguesa como uma oportunidade de, a partir da representação feminina na cultura moçambicana, ouvir as vozes silenciadas da mulher na construção da identidade brasileira, desafiando, assim, discursos predominantemente masculinos presentes nas fronteiras do conceito de Estado-Nação.

## **A BEIRA DA PALAVRA FRONTEIRA**

*Eu vi a palavra fronteira,  
tinha endurecido em muro alto e arame farpado (...)  
Ana Paula Tavares*

No imaginário mais imediato associamos a palavra *fronteira* ao campo da representação cartográfica. Nesse caso, é indispensável lembrar que os limites geográficos de um país não são estáticos nem definidos de forma categórica. Basta remontarmos a história das fronteiras brasileiras para recuperarmos os variados territórios que fizeram parte do que hoje conhecemos como Brasil. Assim, a palavra *fronteira* nos coloca diante do conceito de Estado-Nação, ou seja, uma instituição política que se desenvolve em torno de uma unidade nacional.

O historiador e cientista político norte-americano Benedict Anderson, na busca da gênese do nacionalismo, destaca a nação como “uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 1991, p. 32). O autor propõe uma compreensão do conceito de nação a partir de um espírito antropológico que o afasta de ideologias políticas como o marxismo, o liberalismo ou o fascismo e o aproxima dos sistemas culturais precedentes que englobam as comunidades religiosas e o reino dinástico.

Anderson (1991, p. 33) afirma que qualquer comunidade que ultrapasse o contato face a face da aldeia primordial é imaginada. Na medida em que as nações são limitadas, as fronteiras possuem um importante papel, pois oferecerão o sentido de finitude à comunidade. Assim, ainda que elásticas, elas delimitam, já que nenhuma comunidade se imagina englobando toda a extensão da humanidade.

Em sua definição, a nação também é soberana, uma vez que o conceito está alinhado ao Iluminismo do século XVIII, momento no qual a Europa Ocidental observa o apagamento de pensamentos religiosos em nome de um discurso racional. Nesse contexto, se as religiões asseguram a noção de continuidade — a partir de ciclos encarnatórios, promessa de paraíso, vida eterna, pecado original, etc. — na perspectiva Iluminista, coube ao conceito de nação assegurar o sentimento de continuidade cronológica.

Para o teórico britânico-jamaicano Stuart Hall (1992, p. 10), o momento histórico da construção do Iluminismo marca a formação da identidade desse sujeito a partir das capacidades da razão, da consciência e da ação. A construção do ‘sujeito iluminista’ parte de uma concepção ‘individualista’ que, na medida em que a sociedade moderna se complexifica, será substituída pela identidade do ‘sujeito sociológico’. Essa construção costura a identidade individual do sujeito à estrutura social vigente; a identidade é formada a partir da interação com a sociedade. No entanto, para Hall, o sujeito que vivencia uma identidade unificada e estável a partir dessa interação social, no mundo pós-moderno se torna cada vez mais fragmentado e composto de várias identidades que podem, inclusive, ser contraditórias entre si. Assim, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. (HALL, 1992, p. 12)

Essa dimensão fragmentada do sujeito pós-moderno coloca em perspectiva as identidades culturais nacionais. Ao nos identificarmos como brasileiros, por exemplo, estamos evocando um *sistema de representação cultural* (HALL, 1992, p. 49) que define um grupo de pessoas que compartilham uma ideia comum de nação. No entanto, essa ideia comum de nação, diante de identidades tão fragmentadas, não tem como constituir uma totalidade. Assim, a narrativa cultural nacional é criada usando artifícios totalizantes e subordina a diferença cultural em nome da soberania do Estado Nação.

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças

regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas. (HALL, 1992, p. 49)

Por mais diversificada em termos de classe, gênero, ou raça que uma sociedade possa ser, a identidade nacional busca unificá-la em torno do Estado-Nação. Ainda que saibamos que as nações viveram processos históricos violentos de unificação, que tenhamos ciência de que as construções da “família nação” são extremamente generificadas em torno de associações masculinas e que os processos de colonização exerceram hegemonias sobre culturas colonizadas, tende-se a olhar para a cultura de forma unificada em detrimento de percebê-las como “*dispositivos discursivos* que representam a diferença como unidade ou como identidade” (HALL, 1992, p.62).

Nessa dinâmica, as fronteiras não constituem linhas cartográficas que obstruem o fluxo de pessoas e bens, mas, ao contrário, são dispositivos fundamentais para a articulação desses fluxos. As lutas de poder contemporâneas não se limitam às linhas fictícias que as fronteiras nacionais e internacionais pretendem organizar, pois os componentes legais, culturais, sociais e econômicos se desgarram das linhas que correspondem à separação geopolítica determinada pelo Estado-Nação nos moldes que começou a se desenhar no século XVII.

Os autores Sandro Mezzadra e Brett Neilson se debruçaram sobre os simbolismos que envolvem a palavra *fronteira*. Em sua publicação “La frontera como metodo: o la multiplicación del Trabajo” (2017), os autores partem das perspectivas da força laboral dos táxis na cidade de Nova York e fazem uma análise das dinâmicas de restrição e de mobilidade dos trabalhadores, considerando os novos regimes de migração em um mundo no qual os limites nacionais deixaram de ser os mais relevantes.

As fronteiras são ambivalentes na medida em que se transformam em instrumentos calibrados para controlar o fluxo de pessoas, dinheiros e bens, mas, em simultâneo, são também espaços nos quais o poder soberano se mantém em permanente tensão. As fronteiras, assim, conectam, dividem e revelam, nessa dinâmica, o potencial dual do capitalismo global (MEZZANDRA; NEILSON, 2017, p.22).

Guerras devastadoras, levantes anticoloniais, transformações nos modelos de comunicação e transporte, mudanças geopolíticas e colapsos financeiros redesenham as margens do mundo e desafiam as dinâmicas fronteiriças. O mapa político e a cartografia geral do capitalismo nunca foram completamente coincidentes, mas os fenômenos correspondentes ao momento histórico do pós-Guerra Fria tornaram a sobreposição desses mapas cada vez mais ilegível.

Mezzandra e Neilson (2017, p.25) propõem, portanto, o estudo da hierarquização e estratificação das fronteiras examinando sua articulação com o capital, com o poder político e com os limites territoriais do Estado-Nação. Nesse sentido, as fronteiras, em sua dualidade inerente, devem

ser compreendidas como muros materiais e metafóricos e como uma ferramenta metodológica usada para a compreensão das mudanças nas relações de trabalho, poder, tempo, espaço e cidadania no mundo contemporâneo. “Assumir a fronteira como um método é uma tentativa de tornar esse atrito produtivo, tanto do ponto de vista teórico quanto para a compreensão de uma diversidade de paisagens fronteiriças empíricas” (MEZANDRA; NEILSON, 2017, p. 28, tradução nossa)<sup>3</sup>.

No contexto do mundo pós-colonial “as novas dinâmicas migratórias circulatórias e a formação das diásporas passam, em grande medida, pelo comércio ou pelos negócios, pelas guerras, pelos desastres ecológicos e catástrofes ambientais e pelas transferências culturais de todo tipo” (MBEMBE, 2020, p. 30). As aglomerações dos fluxos migratórios fazem surgir novas cidades polinacionais e dimensões de territórios em mosaico (MBEMBE, 2020, p.31). Assim, a cartografia colonial construída em nome do Estado-Nação já não é suficiente para construir o discurso nacional no contexto das subjetividades pós-coloniais.

A fronteira, assim, não assume mais o lugar de limite neutro entre nações. Ela deixa de ser um objeto de pesquisa e se transforma em um ponto de vista epistemológico que propicia a análise crítica das relações de dominação, exploração e poder que estão sendo constantemente redefinidas. A fronteira se torna um método na medida em que é concebida como um lugar de luta (MEZANDRA; NEILSON, 2017, p. 37).

Diante das percepções expostas acerca da palavra *fronteira*, devemos ressignificar nossa relação com suas beiras. É preciso entender o princípio de Estado-Nação como conceito político e imaginado, construído a partir de eventos históricos e que se torna, ele próprio, uma comunidade imaginada. O Estado-Nação deixa, portanto, de ser estático e suas fronteiras são reinventadas e expandidas para além dos limites territoriais.

A fronteira, nesse contexto, se faz dinâmica. Não se trata de um elemento que obstrui os fluxos de gente, pessoas e mercadorias; ao contrário, é ela permeável e compõe um dispositivo fundamental nas dinâmicas de expansão do capital. Por essa mesma razão, é também o espaço onde acontecem as tensões e conflitos inerentes a esse processo de expansão. A ambiguidade e a ambivalência traduzem, assim, contradições e colisões culturais que apontam para seu dinamismo.

Entender a fronteira como metodologia e princípio epistemológico para análise dos fenômenos contemporâneos é assumir uma postura pós-colonial e crítica fundamental. Assim, propomos um olhar sobre as fronteiras apresentadas na obra *Niketche: uma história de poligamia* de Paulina Chiziane. Fronteiras que assumem, no romance, um lugar dual entre o concreto e o simbólico e que, portanto, evidenciam as dinâmicas de disputa, poder e as contradições culturais, sociais e de gênero presentes nas margens da sociedade moçambicana retratada na obra, em especial no que diz respeito ao lugar da mulher dentro dessa sociedade.

## AS FRONTEIRAS EM NIKETCHE

*Nada nos preparou para o caminho da danação  
que antigas simetrias tinham feito coincidir com a liberdade  
e a cura.*

Ana Paula Tavares

Em entrevista para o site *Por dentro da África*, Paulina Chiziane comenta a repercussão do livro *Niketche: uma história de poligamia*, na data de sua publicação em 2002. A autora descreve que, quando o texto chegou a Moçambique, os homens ficaram zangados e alguns escritores lhe disseram que “a literatura não é lugar de feminismos” (CHIZIANE, 2018). Tal recepção provavelmente encontra justificativa na postura política da autora que, com sua obra, dá visibilidade a um universo pouco considerado até então. Como afirma na mesma entrevista:

(...) O mundo da mulher sempre ficou muito escondido e é preciso começar a falar um pouco mais sobre o que somos. Uma coisa que eu costumo fazer é contar as nossas alegrias, tristezas, os sonhos das outras mulheres, mas acima de tudo, negociando a nossa liberdade e dignidade como seres humanos (CHIZIANE, 2018, informação verbal)

Em linhas gerais o romance é protagonizado por Rami, mulher moçambicana do sul do país, que é casada com Tony, um alto comandante da polícia local. Logo no início da narrativa, Rami descobre que não é a única mulher de seu marido e se empenha em ir atrás de cada uma das amantes. Após uma manobra perspicaz e contando com a cumplicidade das personagens Mauá, Saly, Lu e Ju — amantes de diferentes regiões do país — Rami impõe ao esposo a oficialização de uma família poligâmica que conta com a obrigação de Tony com cada umas das esposas e seus filhos. Ao longo da narrativa a conexão entre essas mulheres começa a gerar independência e potência em torno delas até o rompimento dessa sociedade, causado pela emancipação de uma das mulheres e pela suposição da morte de Tony. Ao longo do romance os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade moçambicana são problematizados a partir de diferenças regionais e das tensões entre as práticas das culturas tradicionais<sup>4</sup> de Moçambique e os discursos de modernidade.

O romance descortina a fragmentação da sociedade moçambicana a partir da caracterização do sujeito social feminino. Assim, ao expor a moçambicanidade na voz de uma personagem feminina, a autora aproxima as questões da mulher nessa sociedade, trazendo suas problemáticas e conflitos para o imaginário nacional do país. O sujeito pós-moderno assiste à erosão da identidade baseada no Estado-Nação: se antes essa identidade está atrelada aos limites e expansões territoriais — para ser moçambicano basta ter nascido nessa terra — Chiziane, com sua personagem Rami, nos revela identidades desterradas.

Preciso de um espaço para repousar o meu ser. Preciso de um pedaço de terra. Mas onde está minha terra? Na terra do meu marido? Não sou de lá. Ele diz-me que não sou de lá, e se os espíritos da sua família não me quiserem lá, pode expulsar-me de lá. O meu cordão umbilical foi enterrado na terra onde nasci, mas a tradição também diz que não sou de lá. Na terra do meu marido sou estrangeira. Na terra dos meus pais sou passageira. Não sou de lugar nenhum. Não tenho registo, no mapa da vida não tenho nome. (CHIZIANE, 2021, p. 80)

Rami expõe que no projeto de nação moçambicana soberana, masculina e totalitária, a mulher é desterrada, não há espaço para ela. “A presença de um homem muda o curso de todas as coisas. O nascimento de um homem vale mais que o nascimento de uma mulher” (CHIZIANE, 2021, p.204).

No entanto, a tensão do binômio masculino-feminino não é apresentada no romance de forma estática. Ao contrário, essa tensão é atravessada por realidades econômicas, sociais, histórico-geográficas e étnico-culturais. Nessa dinâmica reside a demarcação das fronteiras, assumidas sobre parâmetros físicos e simbólicos.

As culturas são fronteiras invisíveis construindo a fortaleza do mundo. Em algumas regiões do norte de Moçambique, o amor é feito de partilhas. Partilha-se a mulher com o amigo, com o visitante nobre, com o irmão de circuncisão. Esposa é água que se serve ao caminhante, ao visitante. A relação de amor é uma pegada na areia do mar que as ondas apagam. Mas deixa marcas. Uma só família pode ser um mosaico de cores e raças de acordo com o tipo de visitas que a família tem, porque mulher é fertilidade. É por isso que em muitas regiões os filhos recebem o apelido da mãe. Na reprodução humana, só a mãe é certa. No sul, a situação é bem outra. Só se entrega a mulher ao irmão de sangue ou de circuncisão quando o homem é estéril. (CHIZIANE, 2021, p. 35)

Nesse trecho a cultura é entendida como “fronteira invisível”, o que dialoga com as representações do termo expostas anteriormente. Muitas fronteiras são colocadas e tensionadas ao longo do romance e, no caso do trecho destacado, atravessam marcadores que diferenciam o Norte e o Sul do país.

Para nos aproximar dessa realidade é preciso que tenhamos em mente a imensa diversidade cultural de Moçambique. Multiplicidade etnolinguística originada dos povos Khoisan (ou Bosquímanes) e, séculos depois, dos povos Bantu (falantes da língua Bantu) que migraram do Norte por meio do vale do Rio Zambeze, avançando para os planaltos e áreas costeiras. Vale ressaltar que os grupos Bantu ocupam parte significativa da África Subsaariana (CIRÍACO, 2017, p.96).

Com uma localização estratégica às margens do Oceano Índico, a Ilha de Moçambique, situada na província de Nampula, ao norte, tornou-se um importante entreposto comercial rumo à Ásia. Assim, a região é marcada

pela presença inicialmente árabe e, posteriormente, indonésia, indiana, chinesa e, depois do século XVI, portuguesa. Essa circulação cultural gerou novas comunidades a partir de uma intensa movimentação comercial e geográfica.

No sul de Moçambique, por sua vez, a presença Nguni é um importante marcador histórico. No fim do século XVIII, dá-se um deslocamento massivo da população Nguni pela África Austral em um processo que ficou conhecido como Mfcané. Essa imigração é resultante da fuga do contingente populacional das regiões dominadas pelo guerreiro Shaka Zulu<sup>5</sup> e é um componente fundamental para a fundação e consolidação do Império de Gaza (SOUZA, 2018, p. 137). O domínio português ao sul de Moçambique foi marcado pelo embate com a figura do imperador Ngungunyane, narrada de forma heroica no imaginário de construção da nacionalidade moçambicana após a independência.

Esse breve histórico da ocupação das duas regiões nos permite alguma aproximação das diferenças culturais entre o Norte e o Sul. Assim, se tomarmos as estruturas familiares como um ponto de comparação, notaremos que ao Norte de Moçambique a estrutura se mantém ligada à uma tradição matrilinear associada aos Macua (CIRÍACO, 2017, p. 101). É esse um aspecto forte para o grupo, e mesmo as cerimônias islâmicas assimilaram a organização matrilinear em sua estrutura, admitindo, por exemplo, mulheres em cargos rituais do Islã que não são praticados comumente por elas (MATTOS, 2018, p.464). Assim, apesar das influências mulçumanas e portuguesas, as mulheres do Norte continuam vinculadas às suas famílias de origem.

No Sul, o *lobolo*, prática que consiste no pagamento de dote para a família da noiva de forma a torná-la propriedade do marido, gera núcleos familiares alinhados com a patrilinearidade. Nessa região as mulheres são criadas para o trabalho, procriação e cuidados com a família, devendo submissão e obediência ao marido. Sendo a região Sul alinhada com a tradição católica portuguesa, a poligamia é contra as tradições cristãs, no entanto, é muito praticada em várias localidades. Ressaltemos que com a globalização e a influência de paradigmas ocidentais, as dinâmicas de construção familiar vêm se alterando. Em cidades como Maputo, por exemplo, percebe-se um discurso e uma mentalidade que possui novas camadas e dialoga com alguns dos debates correntes contemporâneos (CIRÍACO, 2017, p. 101).

“De repente lembro-me de uma frase famosa — *ninguém nasce mulher, torna-se mulher*. Onde terei eu ouvido esta frase?” (CHIZIANE, Paulina, 2021, p. 32). Essa reflexão de Rami, referência à conhecida ativista política, feminista e teórica social francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), toma novas dimensões quando sabemos das nuances do papel da mulher nas regiões Norte e Sul de Moçambique. Ao evocar Beauvoir e colocar o leitor diante da tensão sobre o papel da mulher dentro do contexto cultural do país, Chiziane chama a atenção para o fato de que a categoria política da mulher moçambicana é complexa e possui nuances locais, mas, ao mesmo tempo, dialoga com as lutas feministas globais e não está descolada delas.

Assim, há aqui o tensionamento entre duas fronteiras. A primeira, aquela que, aparece marcadamente no texto como *fronteiras culturais* e que evidenciam nuances dentro do próprio território moçambicano. São essas fronteiras que, embora imateriais, encontram diálogo com marcações geográficas — Norte e Sul — mas que são ao mesmo tempo simbólicas, na medida em que constroem a autoimagem da mulher moçambicana como categoria imaginada. A outra fronteira que se impõe no texto conecta essa comunidade imaginada aos debates feministas globais e, dessa forma, tensiona as relações patriarcais vigentes. Assim, as categorias que se constroem no debate do lugar da mulher moçambicana na identidade nacional dialogam com questões locais e questões globais criando novas comunidades imaginadas a partir dessa conexão.

“Nas práticas primitivas, solidariedade é partilhar pão, manta e sémem. Sou do tempo moderno. Prefiro dar a minha vida e o meu sangue a quem deles precisa. Posso dar tudo, mas o meu homem não. Ele não é pão nem pastel. Não o partilho, sou egoísta” (CHIZIANE, 2021, p.36). Nesse trecho, Rami parece irreduzível e, anuncia também, as tensões presentes entre os conceitos de primitivismo e modernidade. Observe que há a condenação da tradição poligâmica associando-a à ideia de atraso enquanto a monogamia é o princípio de modernidade. Esse dispositivo retórico foi muito acionado pela FRELIMO<sup>6</sup> logo após as lutas de independência. A construção de um imaginário que condenava o “colonial” e o “tradicional” se associava a uma proposta identitária traduzida na criação do homem novo, “preconizando a gradual convergência das identidades dos diferentes grupos etnolinguísticos numa realidade ‘modernizadora’” (CABAÇO, 2009, p. 304).

A construção de uma nova identidade moçambicana orientava-se em três eixos principais: interiorizar em cada militante uma nova *práxis* de trabalho manual e disciplina militar, proporcionar uma educação formal que conferisse um ensino técnico e científico e evitar as estruturas e o pensamento tradicional. No entanto, a consolidação do pensamento nacionalista buscava raízes históricas nas culturas que convergiam no movimento de libertação colonial. Dessa forma, se dá uma seleção das práticas e valores que poderiam inspirar a nova identidade moçambicana.

[...] A FRELIMO optou por proceder a uma elaboração selectiva, distinguindo entre as “reacionárias” e as que “deviam ser valorizadas”: entre as primeiras se inscreviam principalmente certos ritos considerados inibitórios da libertação da “imaginação criadora do indivíduo”, os que implicavam mutilações, sofrimentos físicos e situações discriminatórias ou degradantes, assim como as instituições políticas e religiosas que perpetuava, o pensamento tradicional; das segundas constavam os sistemas de produção e troca e o valor social do parentesco (que representariam, na visão da FRELIMO, a família, a solidariedade e a história, transigindo, por isso, com a prática da poligamia e a realização dos ritos de iniciação), assim como a produção artística e criativa (escultura, dança, música, representações cênicas, etc.) (CABAÇO, 2009, p. 305)

Há, portanto, uma condescendência do Estado com a prática poligâmica na medida em que essa reiterava o valor social da família. De fato, não existia um dispositivo legal que condenasse a poligamia<sup>7</sup>, mas essa prática era combatida a nível político e moral, ou seja, se houvesse algum problema entre um casal que quisesse recorrer ao tribunal, ele apenas reconhecia os relacionamentos entre maiores de idade, monogâmicos, com igualdade de direitos e deveres entre ambas as partes. Dessa forma, as práticas que fugissem a esse padrão eram refutadas e o poder estatal não intervinha diretamente.

Assim, Rami, em sua reflexão inicial, incorpora o discurso moral do homem novo, ou seja, da construção de uma Moçambique que converge em torno de uma modernidade que nega a tradição. No entanto, as ações da narrativa obrigam-na a rever esse posicionamento e, dessa forma, a subverter seus princípios primordiais:

Fiquei de coração deprimido. O meu marido estava completamente retalhado. Retalhado todos os bens, a nossa segurança social, a nossa reforma, o nosso conforto que estava a ser jogado na terra como um punhado de sal numa panela de água. Eu partilho o pão e o vinho em comunhão. Partilho o marido por cinco, partilhamos um amante, a Lu e eu. [...] Adeus, meu marido total, meu amor de intimidade. Ah, vida! Fazes-me aceitar esta mordaca só para ter o Tony por perto. Se eu digo não a toda essa confusão, o meu amor se espanta. (CHIZIANE, 2021, p. 109)

Observe que a referência cristã do pão e do vinho convive com a prática poligâmica nessa segunda citação, algo que na anterior parecia impossível. Rami passa por cima da condenação moral que a fazia subjugar à prática poligâmica como prática primitiva. Ao mesmo tempo, é uma citação que traduz a imensa dor da personagem, mas, ainda assim, ela se submete, rompe a fronteira da modernidade e se refugia na tradição como forma de permanecer vinculada ao marido. Rami rompe suas premissas iniciais para transitar por outras referências, mesmo que anteriormente tenha afirmado que não cederia.

Lembremos aqui do “jogo” das identidades como previsto por Hall (1992, p. 18). A identidade do sujeito pós-moderno é atravessada por mudanças constantes e rápidas, as práticas sociais são continuamente examinadas e colocadas em perspectiva a partir da relação com o outro. Dessa forma, a subversão das relações culturais fronteiriças é marcada por contradições e ambiguidades, o que também se traduz na ação de Rami ao longo do romance. Assim, a própria identidade da mulher moçambicana é atravessada pelas ambiguidades e contradições próprias do sujeito pós-moderno.

A guisa de síntese, podemos compreender que o romance *Niketche: uma história de poligamia* se insere em um contexto de narrativas pós-coloniais na medida em que revela a fragmentação do sujeito pós-moderno. A autora escolhe expor essa fragmentação a partir da perspectiva da mulher dentro da sociedade moçambicana. O tensionamento do binômio homem-mulher,

no entanto, revela, dentro de si, outros tensionamentos: fronteiras culturais que atravessam as geografias Norte e Sul do país, fronteiras coloniais que tensionam as relações entre práticas tradicionais e modernidade.

O conceito de Estado-Nação, visto como unidade totalitária, masculina e única é colocado em perspectiva na atualidade. O mecanismo que o enfrenta não pode ser unitário, mas, ao contrário, se revelará fragmentado e diverso. As fronteiras são lugares de tensionamento e disputa, friccionar os extremos é inerente desse tensionamento. É essa a fricção que desloca a fronteira do lugar de objeto de estudo passivo e a transforma em método ativo de enfrentamento das estruturas de silenciamento vigentes. Romper a fronteira do silêncio e dar voz às contradições de outras identidades parece ser um dos alcances do romance de Chiziane.

## A FRONTEIRA COMO UTOPIA

*Não sou nada, mas fecharei contas mais tarde com todos os silêncios e perguntarei aos irmãos grandes de nossas terras antigas onde estavam quando nos abandonaram.*

*Ana Paula Tavares*

Tendo a fronteira como método (MEZZANDRA; NEILSON, 2017, p. 35), propusemos uma análise das relações de tensão existentes entre cada uma delas. As fronteiras simbólicas que marcam Norte/Sul, tradição/modernidade, monogamia/poligamia, homem/mulher são distendidas, tensionadas e subvertidas a todo o momento durante o romance de Chiziane. Assim, o embate dessas fronteiras é explícito e denuncia como elas se manifestam na materialidade da vida social moçambicana.

A protagonista, ao fim do romance, após o lar poligâmico ter sido desfeito com movimentos de independência de cada uma de suas rivais, ela própria se coloca em uma nova postura diante do marido Tony, como evidencia o trecho que inclui o diálogo entre os dois:

[...] Treme, pede socorro. Meu Deus, sou poderosa, eu sinto que posso salvá-lo desta queda. Tenho nas mãos a fórmula mágica. Dizer sim e resgatá-lo. Dizer não e perdê-lo. Mas eu o perdi muito antes de o encontrar. Ignorou-me muito antes de me conhecer.

— Não te posso salvar. Tento salvar-te mas não consigo, não tenho força, sou fraca, não existo, sou mulher. Os homens é que salvam as mulheres e não o contrário.

— Rami!

— O filho é do Levy!

Os seus braços caem como um fardo. As três trovoadas que um dia tentou encomendar contra o noivo da Lu hoje atacam-lhe o cérebro, o coração e o sexo e fazem dele um super-homem calcificado no éden da praça. (...). Solto-o. Não cai, mas voa no abismo, em direção ao coração do deserto, ao inferno sem fim. (CHIZIANE, 2021, p. 289)

Após tensionar os limites do papel do homem e da mulher na sociedade moçambicana ao longo do romance, a personagem, por fim, se liberta da estrutura de dominação escolhendo perder ‘seu homem’ e deixá-lo confrontar-se com a ruína da sua autoimagem de ‘super-homem’. Assim, desenha-se um final no qual prevalece a esperança de um novo projeto. Rami utiliza as armas de sua opressão — “os homens é que salvam as mulheres e não o contrário” — para conquistar sua liberdade. Ou seja, para se libertar é fundamental ruir a estrutura egóica e totalitária masculina denunciando a oposição entre homem-mulher e o privilégio da primeira categoria sobre a segunda.

As comunidades que se apoiam em torno do discurso de identidade cultural nacional única recusam-se a

(...) reconhecer que, na verdade, nosso ego sempre foi construído em oposição ao outro: um negro, um judeu, um árabe, um estrangeiro que interiorizamos, mas de uma forma regressiva. É justamente o que muitos hoje se recusam a admitir, que, no fundo, somos feitos de diversos empréstimos tomados a sujeitos estrangeiros e que, conseqüentemente, sempre fomos *seres fronteiriços*. (MBEMBE, 2020, p. 58)

Assim, o desfecho do romance aponta para a possibilidade de reconhecer, em nós, a interiorização do outro que compõe nossas subjetividades. Seu final nos convida a diluir as fronteiras entre o eu/outro em tantos outros binômios estáticos sobre os quais o mundo colonial se estruturou. Ter nas fronteiras um método de análise das realidades é compreender sua expressão na materialidade da vida das pessoas e, portanto, é um passo inicial no combate às violências e silenciamentos como aqueles promovidos em fronteiras reais tais quais as de Melilla e San Antonio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Corpus

CHIZIANE, P. Niketche: uma história de Poligamia. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

### Artigos e textos acadêmicos

ANDERSON, Benedict. Raízes Culturais. Trad: Denise Bottman. In: *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 26-70.

CABAÇO, José Luís. Moçambique: identidade, colonialismo e libertação. In: \_\_\_\_\_. *O “homem novo”*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 304-311.

CIRIACO, Maria Inês Francisca. Moçambique: diversidade cultural e linguística. *Cadernos de pós-graduação em letras*, v. 17, n. 1, 2017.

FURQUIM, Fabiane Miriam. O discurso modernizante da FRELIMO e a revista justiça popular: as relações entre estado, violência e modernidade, In: *VIII Congresso Internacional de História/XXII Semana de História, 2017, Maringá. Anais eletrônicos [...]* Disponível em: doi: 10.4025/8cih.pphuem.3941. Acesso em 03 ago. 2022.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

MATTOS, Regiane Augusto de. Entre suaílis e macuas, mujojos e muzungos: o norte de Moçambique como complexo de interconexões. *Estudos Ibero-Americanos* 44.3, 2018.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. La frontera como método: o la multiplicación del trabajo. In: \_\_\_\_\_. *La proliferación de las fronteras*. Trad. Verónica Hendel. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017. p. 11-39.

SANTANA, Jacimara Souza. Tradição Oral do Império de Gaza, Identidade Nyanga e Contestação ao colonialismo no sul de Moçambique (C. 1895-1956). *Sankofa* (São Paulo), v. 9, n. 16, p. 37-62, 2016.

SOUZA, Ubiratã Roberto Bueno de. *A gravitação das formas: gêneros literários e vida social em Moçambique (1977-1987)*. 2018. f.223. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

### **Entrevista:**

CHIZIANE, Paulina. O mundo da mulher ficou muito escondido é preciso falar mais sobre. [Entrevista concedida a] Natalia Luz. Por dentro da África, 2018. Disponível em: <<https://www.pordentrodaafrica.com/reportagens-exclusivas/paulina-chiziane-o-mundo-da-mulher-ficou-muito-escondido-e-preciso-falar-mais-sobre>>. Acesso em 03 ago. 2022

### **Fontes jornalísticas:**

MARTINS, Andreia. 2022. União Africana exige investigação sobre morte de migrantes em Melilla. *RTP Notícias*, 20 de junho de 2022.

SAN ANTONIO, Angelica Casas in; SANDS, Leo. 2022. Texas migrant deaths: At least 46 found dead in abandoned truck. *BBC News*, 28 de junho de 2022.

TAVARES, Ana Paula. 2015. Nova Carta de Ana na Palavra: Busco um refúgio, revolvo ruínas onde está sepultado o velho bule do chá e ordenam-me que parta sem os panos da origem e a água da viagem, as asas da noite com que já nasci ou os pés compridos de afagar os caminhos. *Rede Angola.info*.; 04 de setembro de 2015.

*Recebido para avaliação em 31/05/2023*

*Aprovado para publicação em 23/08/2023*

## NOTAS

1 Doutoranda em Estudos Comparados de Literatura pelo programa de Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense (UFF). Concluiu seu mestrado em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e licenciou-se em música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua como educadora há 14 anos em escolas da rede pública e particular bem como em projetos culturais e na produção de livros didático para o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD).

2 União Africana exige investigação sobre morte de migrantes em Melilla. 28 de junho de 2022. Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/uniao-africana-exige-investigacao-sobre-morte-de-migrantes-em-melilla\\_n1415615](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/uniao-africana-exige-investigacao-sobre-morte-de-migrantes-em-melilla_n1415615)

3 Asumir la frontera como método es un intento por hacer que esta fricción sea productiva, tanto desde un punto de vista teórico como para la comprensión de una diversidad de paisajes fronterizos empíricos. (MEZANDRA;NEILSON, 2017, p. 28)

4 Vale ressaltar que ao nos referirmos às culturas tradicionais, estamos localizando práticas e costumes apoiados em dinâmicas da tradição oral de grupos etnolinguísticos que precedem a chegada de colonizadores portugueses. Aqui estamos apenas acusando a existência de um binômio colonial que opõe tradição e modernidade, o que será explorado no decorrer do artigo.

5 Shaka Zulu era Nguni e um grande general de guerra. Ele revoluciona as tecnologias de embate de sua época e em 1818, subjuga um grupo autônomo Nguni fundando uma centralidade em torno de si próprio (SOUZA, 2018, p.137). Seu reino ficou conhecido como Reino Zulu — império que durou aproximadamente até o fim do século XIX e que caiu diante das investidas britânicas. O Reino se estendeu sobre grande parte da porção oriental do que hoje conhecemos como África do Sul.

6 Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) é uma frente fundada como partido político em 1962 e cujo objetivo era lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português. O partido segue à frente do governo até os dias atuais.

7 A revista Justiça Popular foi criada para que magistrados e juízes pudessem enquadrar a população no projeto modernizante do homem novo: “é muito frequente ouvir pessoas dizer que a poligamia é proibida na República Popular de Moçambique, o lobolo é ilegal, etc. e estas mesmas pessoas ficam muito surpreendidas quando vêm a saber que na realidade não existe nenhuma proibição jurídica, nem de poligamia, nem de lobolo, mas só há um combate político” (JUSTIÇA POPULAR, 1981 n° 3, p. 12 *apud* FURQUIM, 2017). Assim, as ferramentas do Estado para o combate das práticas tradicionais operavam sob três diferentes dispositivos: (1) o reconhecimento jurídico no qual o Estado confere legitimidade a algumas práticas e outras não, (2) a ignorância deliberada onde o Estado não age e sequer cita diretamente questões tidas como tradicionais ou a (3) penalização judicial sobre determinados atos. (FURQUIM, 2017, p.12)